

Autoridade, conservação e natalidade no pensamento de Hannah Arendt: reflexões sobre a crise da educação

Nativity, Authority, and the Preservation of the Common World: Hannah Arendt and the Crisis of Education

Ellen Cristina da Paz Silva¹
Sérgio Eduardo Fazanaro Vieira²

RESUMO

Este artigo analisa a relação entre os conceitos de natalidade, autoridade e conservação no pensamento de Hannah Arendt, investigando como essas categorias permitem compreender a crise da educação moderna e seus desdobramentos nas reformas educacionais contemporâneas. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, fundamentada principalmente no ensaio *A crise na educação* e em estudos especializados sobre a filosofia da educação arendtiana. A análise evidencia que a crise educacional ultrapassa questões metodológicas ou institucionais, decorrendo do enfraquecimento da autoridade do educador e da ruptura da responsabilidade dos adultos pela apresentação do mundo às novas gerações. Os resultados indicam que os conceitos de natalidade, autoridade, conservação e mundo comum constituem um núcleo teórico articulado, capaz de oferecer importantes elementos para a compreensão crítica das transformações educacionais, particularmente das concepções que orientam o Novo Ensino Médio brasileiro. Conclui-se que, para Hannah Arendt, educar implica assumir uma responsabilidade ética e política pela conservação do mundo comum, condição indispensável para que cada nova geração possa renová-lo de modo livre e responsável.

Palavras-chave: autoridade; natalidade; conservação; educação; Hannah Arendt.

ABSTRACT

This article examines the relationship between the concepts of natality, authority, and preservation in Hannah Arendt's thought, investigating how these categories contribute to an understanding of the crisis of modern education and its implications for contemporary educational reforms. This is a qualitative bibliographical study grounded primarily in Arendt's essay *The Crisis in Education* and in specialized scholarship on her philosophy of education. The analysis demonstrates that the educational crisis extends beyond methodological or institutional issues, stemming from the weakening of the educator's authority and the erosion of adults' responsibility for introducing the common world to new generations. The findings indicate that the concepts of natality, authority, preservation, and the common world constitute an integrated theoretical framework that provides important analytical tools for a critical understanding of contemporary educational transformations, particularly those underlying the Brazilian New Secondary Education reform (Novo Ensino Médio). It is concluded that, for Hannah Arendt, education entails assuming an ethical and political responsibility for preserving the common world, an indispensable condition for enabling each new generation to renew it freely and responsibly.

Keywords: authority; natality; preservation; education; Hannah Arendt.

¹ Licenciada em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. E-mail: ellencristinapazs@gmail.com

² Doutor em Filosofia da Educação e docente da Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas - <https://lattes.cnpq.br/0150847979298854> - <https://orcid.org/0000-0002-8158-1577> - E-mail: sergio.vieira@puc-campinas.edu.br

Introdução

A reflexão acerca da crise da educação ocupa lugar central no pensamento político e filosófico de Hannah Arendt, sobretudo por compreender que os problemas educacionais ultrapassam questões metodológicas ou institucionais e dizem respeito à própria relação entre as novas gerações e o mundo comum. Para a autora, educar significa assumir a responsabilidade pela conservação de um mundo anterior ao nascimento de cada indivíduo, possibilitando sua inserção na realidade histórica, cultural e política mediante a mediação dos adultos. Quando essa responsabilidade é enfraquecida, também se fragilizam a autoridade do educador, a transmissão da tradição e as condições para a renovação do próprio mundo.

Nessa perspectiva, este artigo parte da seguinte problematização: em que medida os conceitos de natalidade, autoridade e conservação, elaborados por Hannah Arendt, permitem compreender a crise da educação moderna e interpretar criticamente algumas tendências presentes nas reformas educacionais contemporâneas, especialmente no contexto do Novo Ensino Médio brasileiro? A hipótese que orienta esta investigação sustenta que a crise da educação não decorre exclusivamente de mudanças pedagógicas ou administrativas, mas resulta da ruptura da responsabilidade dos adultos pela apresentação do mundo às novas gerações, deslocando a autoridade educativa em favor de concepções que atribuem precocemente autonomia aos estudantes e relativizam a função mediadora do educador.

A pesquisa possui natureza bibliográfica e fundamenta-se principalmente no ensaio *A crise na educação*, articulando-o com outros textos de Hannah Arendt e com estudos dedicados à filosofia da educação. A análise foi conduzida mediante leitura interpretativa das categorias centrais presentes nesta obra e posteriormente confrontada com a literatura especializada e com a produção recente acerca das reformas educacionais brasileiras. Ao longo da análise, busca-se demonstrar que os conceitos de natalidade, autoridade, responsabilidade e conservação constituem um núcleo teórico articulado pela noção de mundo comum, capaz de oferecer importantes categorias para compreender os desafios da educação contemporânea. Essa articulação conceitual também é destacada por Custódio (2011), ao demonstrar que o mundo comum integra essas categorias na filosofia da educação de Hannah Arendt.

Para desenvolver essa argumentação, o artigo encontra-se organizado em quatro momentos. Inicialmente, examina-se a crítica arendtiana ao progressismo pedagógico e ao pathos do novo, evidenciando a ruptura entre tradição e autoridade. Em seguida, discutem-se as relações entre natalidade, responsabilidade e conservação do mundo comum como fundamentos da educação. Posteriormente, analisa-se a permanência dessas questões na crise educacional contemporânea e sua aproximação com os pressupostos do Novo Ensino Médio brasileiro. Por fim, retomam-se os principais argumentos desenvolvidos, reafirmando que a contribuição de Hannah Arendt permite interpretar criticamente desafios ainda presentes nas reformas educacionais contemporâneas, especialmente no contexto brasileiro.

A crise na educação moderna e o pathos do novo

A crítica desenvolvida por Hannah Arendt parte da compreensão de que toda educação pressupõe uma relação entre tradição e novidade. A crise educacional moderna manifesta-se justamente quando essa mediação deixa de ser exercida pelo adulto. Mais do que reconstruir um momento histórico específico, interessa compreender como determinadas transformações educacionais permitiram à autora formular uma crítica filosófica à ruptura entre tradição, autoridade e formação humana.

Ao deparar-se com o ensaio *A crise na educação* (1961), é imprescindível considerar o contexto histórico que permeia o cenário global e, particularmente os Estados Unidos, naquele período. A nação norte-americana lidava com os desdobramentos da Segunda Guerra Mundial, bem como com profundas reformas políticas e sociais, as quais contribuíram para a dissolução de referenciais sólidos na formação de cidadãos críticos, responsáveis e comprometidos com a conservação dos fundamentos estruturantes da sociedade.

Paralelamente, consolidavam-se, em diferentes países europeus e norte-americanos, os pressupostos da chamada Escola Nova, movimento que se desenvolveu entre os séculos XIX e XX, principalmente a partir de John Dewey. Parte significativa dos pressupostos da Escola Nova encontra suas raízes em Rousseau, especialmente na valorização da natureza infantil e na defesa de um desenvolvimento orientado pela experiência do educando (ROUSSEAU, 1995).

Conforme demonstra Costa (2014), a Escola Nova consolida-se como crítica às pedagogias tradicionais, deslocando o centro da educação para a atividade da criança e para os processos de aprendizagem.

Esse movimento tinha como princípio fundante a rejeição das pedagogias tradicionais, que, por sua vez, eram tidas como práticas autoritárias, sustentadas por valores ligados ao militarismo e à religiosidade, e centradas na figura do professor como agente protagonista do processo educativo. Mesquita (2010) observa que a centralidade atribuída à atividade da criança modifica profundamente o papel tradicional do professor, deslocando sua função para a organização das experiências de aprendizagem. A crítica de Arendt não se dirige simplesmente à renovação pedagógica, mas ao enfraquecimento da função mediadora do adulto. Quando o professor deixa de representar o mundo comum e passa a ocupar apenas o papel de facilitador da aprendizagem, rompe-se o elo entre tradição e novidade. Para Arendt, é precisamente essa mediação que torna possível a inserção da criança em um mundo anterior ao seu nascimento.

Essa crítica não decorre de uma simples defesa da pedagogia tradicional. O que Arendt procura demonstrar é que, ao retirar do adulto a responsabilidade pela apresentação do mundo, a educação perde sua função mediadora. É nesse contexto que a autora identifica o surgimento do que denomina pathos do novo:

[...] Ora, no que diz respeito à educação, ela mesma, só no nosso século é que a ilusão emergente do pathos do novo produziu em suas mais sérias consequências. Em primeiro lugar, permitiu que essa mistura de modernas teorias educativas provenientes da Europa Central, e que consiste numa espantosa salganhada de coisas com e sem sentido, revolucionasse todo o sistema de educação sob a bandeira do progresso. (ARENDT, 1961, p. 2)

O emprego da expressão pathos do novo indica mais do que um entusiasmo pela inovação. Em Arendt, trata-se da tendência moderna de identificar o novo como necessariamente superior ao antigo. A crítica da autora dirige-se precisamente a essa ruptura com a tradição, pois, quando o passado deixa de ser reconhecido como referência, também se enfraquece a autoridade responsável por apresentá-lo às novas gerações. O pathos do novo, portanto, não consiste apenas na valorização da inovação, mas na substituição da tradição como referência legítima para a educação.

Ao desenvolver sua reflexão sobre autoridade, Arendt não a confunde com autoritarismo. Ao contrário, sua trajetória intelectual foi marcada justamente pela

investigação das formas extremas de dominação política, sobretudo do totalitarismo, tema desenvolvido em obras como *Eichmann em Jerusalém*. Por isso, quando defende a autoridade na educação, não propõe relações de opressão, mas a responsabilidade do adulto pela apresentação do mundo às novas gerações. Conforme Torres e Castro (2009), a autoridade constitui uma categoria histórica distinta das relações autoritárias de dominação, aspecto que contribui para compreender a leitura desenvolvida por Hannah Arendt.

Compreender a autoridade exige compreender previamente o conceito de natalidade, pois ambos são inseparáveis na reflexão arendtiana sobre educação. Embora Arendt não tenha sido educadora profissional, sua análise filosófica permite compreender a educação como espaço privilegiado de mediação entre o mundo já existente e aqueles que nele ingressam.

A relevância dessa compreensão reside no fato de que Arendt desloca o centro da reflexão educacional da criança considerada isoladamente para o mundo comum que a antecede. A natalidade não significa apenas o nascimento biológico de um novo indivíduo, mas a chegada de alguém que precisa ser introduzido em uma realidade histórica, cultural e política já existente. É justamente essa condição que fundamenta a autoridade do educador e confere sentido à responsabilidade dos adultos diante das novas gerações.

Se a autoridade constitui a condição pela qual o adulto apresenta o mundo às novas gerações, torna-se necessário compreender a responsabilidade que fundamenta esse exercício. É precisamente essa relação entre autoridade e responsabilidade que orienta a discussão desenvolvida na seção seguinte.

Responsabilidade e preservação

A autoridade, para Hannah Arendt, somente pode ser compreendida quando vinculada à responsabilidade pelo mundo comum. Educar significa assumir o compromisso de preservar esse mundo e apresentá-lo àqueles que nele chegam pela natalidade. Nesse sentido, responsabilidade e conservação deixam de ser conceitos independentes e passam a constituir dimensões inseparáveis da experiência educativa.

Ao defender que a educação interessa ao homem comum, Arendt amplia o debate para além da pedagogia, compreendendo a responsabilidade pela conservação do mundo como uma tarefa compartilhada por toda a sociedade. Essa compreensão aparece explicitamente quando Arendt afirma:

Para além destas razões de ordem geral que levam o homem comum a interessar-se por problemas que se colocam em domínios acerca dos quais, de uma perspectiva especializada, ele nada sabe (e este é sem dúvida o meu caso quando falo da crise na educação, uma vez que não sou educadora profissional), há ainda uma outra razão, porventura mais convincente, que leva o homem comum a preocupar-se com uma situação crítica em que não se encontra imediatamente envolvido. Referimo-nos à oportunidade, fornecida pela própria crise — a qual tem sempre como efeito fazer cair máscaras e destruir pressupostos — de explorar e investigar tudo aquilo que ficou descoberto na essência do problema, essência que, na educação, é a natalidade, o facto de os seres humanos nascerem no mundo. (ARENDT, 1961, p. 4).

A passagem evidencia que Arendt compreende a educação como um problema de interesse público, ainda que a infância pertença a um espaço pré-político. Ao afirmar que o “homem comum” também deve preocupar-se com a educação, a autora atribui à sociedade inteira a responsabilidade pela conservação do mundo comum. Por isso, a crise educacional não pode ser compreendida apenas como um problema técnico, escolar ou restrito aos especialistas.

Para Arendt, há uma diferença fundamental entre a política exercida por adultos no espaço público e a condição pré-política da criança. A infância ainda não se encontra plenamente inserida no mundo comum e, por isso, não deve ser tratada como se já participasse das responsabilidades próprias da vida pública. A crítica ao ideário escolanovista reside justamente nesse ponto: ao priorizar a liberdade e a espontaneidade infantis, enfraquece-se a mediação adulta necessária à preparação gradual da criança para sua futura inserção na esfera pública.

Historicamente, consolidou-se a compreensão de que professor e estudante deveriam ocupar posições simétricas no processo educativo. Para Arendt, entretanto, essa equiparação enfraquece a autoridade docente, pois ignora que a relação educativa pressupõe responsabilidades distintas entre quem apresenta o mundo e quem está sendo nele introduzido.

A escola constitui, para Arendt, um espaço intermediário entre a família e a esfera pública. Sua função consiste em preservar a especificidade da infância sem abdicar da responsabilidade de introduzir gradualmente a criança no mundo comum. Nesse

sentido, a autoridade do professor não limita a liberdade infantil; ao contrário, cria as condições para que essa liberdade possa desenvolver-se de forma responsável.

A compreensão da educação como mediação entre infância e mundo permite ampliar a análise para além da relação entre professor e estudante. As consequências da perda dessa mediação repercutem sobre a própria organização da sociedade, tornando possível compreender por que Arendt identifica a crise da educação como um fenômeno mais amplo do que um problema exclusivamente escolar.

A crise e o comprometimento do mundo comum

As categorias discutidas até aqui permitem compreender que a crise educacional descrita por Hannah Arendt ultrapassa o contexto histórico norte-americano em que foi formulada. Seus conceitos permanecem relevantes para interpretar transformações presentes em diferentes sistemas educacionais contemporâneos, sobretudo quando se observa o enfraquecimento da autoridade docente e a crescente valorização da autonomia precoce dos estudantes.

Ao tratar da crise da educação, Arendt adota uma postura analítica rigorosa. Ainda que o campo educacional não constitua sua formação acadêmica de origem, a filósofa elabora um diagnóstico profundo e articulado, no qual identifica os principais elementos que contribuem para a desestabilização do processo educativo, conforme discutido anteriormente. A abordagem apresentada mantém um caráter objetivo e fundamentado, com exposição direta das causas e implicações do fenômeno.

Embora o objetivo central deste estudo consista na investigação do pathos do novo como núcleo problemático da crise, é necessário considerar como essa problemática se manifesta em diferentes realidades educacionais. As tensões entre tradição e inovação, autoridade e liberdade, bem como os impasses relacionados à transmissão do mundo às novas gerações, não se restringem ao sistema educacional norte-americano. Trata-se de questões universais, cuja presença em diferentes sistemas de ensino, inclusive no contexto brasileiro, exige uma análise comparativa e crítica dos fundamentos políticos e pedagógicos subjacentes à crise contemporânea da educação.

Nessa perspectiva, a autoridade do professor decorre de sua condição de representante do mundo comum perante as novas gerações. Sua função não consiste apenas em transmitir conteúdos, mas em assumir a responsabilidade pela mediação entre tradição e novidade, condição indispensável para a inserção dos estudantes na realidade histórica, cultural e política.

Considerando que, ao longo da história, a figura do professor foi socialmente legitimada como agente do ensino e da aprendizagem, a autora observa que ele atuava como representante da tradição e da cultura, esta última compreendida como o espaço no qual se evidenciam os resultados mais significativos das tensões enfrentadas pela sociedade. O enfraquecimento da autoridade docente constitui uma consequência direta do pathos do novo discutido anteriormente. Ao negar a tradição como referência legítima, também se enfraquece a função daquele que historicamente representava essa tradição: o professor.

Nesse cenário, entre as diversas perdas provocadas pela implementação de um novo modelo educacional, destaca-se a substituição da figura do professor pela de um mero “facilitador” de conteúdos. Este, em vez de conduzir o processo formativo, limita-se a acompanhar passivamente a suposta autoeducação das crianças. Simultaneamente, observa-se uma valorização excessiva da vivência infantil como se esta constituísse um universo autônomo, imune à mediação dos adultos. A crítica central de Arendt aos profissionais da educação impactados por essa nova engrenagem educacional reside exatamente nesse ponto: o abandono do modelo pedagógico tradicional em favor de uma nova proposta que, em sua essência, busca negar qualquer vínculo com o passado.

Dessa forma, além da leitura panorâmica sobre a crise educacional, Arendt analisa o papel do educador como um elemento que, ao aderir a essa lógica, contribui para o agravamento da própria crise. A perda da autoridade docente representa, de maneira simultânea, a perda de tudo aquilo que o professor simboliza, a ponto de sua competência técnica e domínio de conteúdos deixarem de ser exigências fundamentais para a prática educativa.

Essas transformações não permaneceram restritas ao contexto analisado por Arendt. Ao contrário, repercutiram em diferentes sistemas educacionais e podem ser identificadas também nas reformas educacionais implementadas no Brasil. Nesse sentido, a chamada reforma do ensino médio, discutida com maior intensidade a partir

de 2016, permite observar a permanência de traços do progressismo pedagógico criticado por Arendt, especialmente no deslocamento da autoridade docente e na valorização da autonomia estudantil. Evidentemente, Hannah Arendt não analisou o Novo Ensino Médio brasileiro. A aproximação realizada neste estudo possui caráter hermenêutico e consiste em interpretar determinados pressupostos da reforma educacional à luz das categorias desenvolvidas pela filósofa, sem estabelecer uma relação histórica direta entre ambos.

Entre seus principais eixos encontram-se a flexibilização curricular, a valorização dos itinerários formativos e o fortalecimento da dimensão profissionalizante. À luz da perspectiva aqui adotada, é possível identificar nessas diretrizes um progressivo distanciamento da autoridade do adulto como mediador do saber entre gerações, dando lugar a um discurso que privilegia o protagonismo e a autonomia dos estudantes na composição curricular. Uma vez identificadas essas transformações em diferentes contextos educacionais, torna-se possível examinar de que maneira elas se manifestam nas recentes reformas da educação brasileira, especialmente na implementação do Novo Ensino Médio.

A crise e o novo ensino médio

A reforma do Ensino Médio brasileiro foi instituída pela Lei nº 13.415/2017, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), reorganizando o currículo a partir da ampliação da carga horária, da flexibilização curricular e da criação dos itinerários formativos. Posteriormente, essas diretrizes foram detalhadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, que passaram a enfatizar o desenvolvimento de competências, habilidades, protagonismo estudantil e projetos de vida. É à luz desse conjunto normativo que se propõe a aproximação crítica com a filosofia da educação de Hannah Arendt.

A permanência dos elementos que compõem a crise educacional descrita por Arendt pode ser observada em reformas educacionais contemporâneas, entre elas o Novo Ensino Médio brasileiro. Como observa Briskievicz (2023), diversos pressupostos presentes na reforma do Ensino Médio aproximam-se das críticas

formuladas por Arendt acerca da ruptura entre tradição, autoridade e formação humana. No contexto brasileiro, interessa-nos examinar essas problemáticas à luz das bases teóricas do Novo Ensino Médio, particularmente no que diz respeito aos elementos que articulam tanto a crise moderna quanto às diretrizes políticas que orientam a referida reforma. Neste estudo, o exame concentra-se em três aspectos principais: o protagonismo estudantil, a relação entre estudantes e professores e a redefinição da função do educador.

No que se refere ao protagonismo estudantil, promovido pelo Novo Ensino Médio e simbolizado pela escolha precoce de itinerários formativos e caminhos profissionais, observa-se uma convergência com a crítica arendtiana à autonomia excessiva atribuída às novas gerações. Para Arendt, a autonomia constitui o resultado do processo educativo, e não seu ponto de partida.

Essa perspectiva permite compreender que a crítica de Arendt não se dirige à autonomia em si, mas ao momento em que ela é atribuída ao estudante. A autora não rejeita a formação de sujeitos autônomos; ao contrário, entende que a autonomia constitui a finalidade da educação. O problema surge quando ela é tomada como pressuposto inicial do processo educativo, deslocando do adulto a responsabilidade pela apresentação do mundo comum.

A BNCC atribui centralidade ao protagonismo do estudante na construção de seu percurso formativo, compreendendo-o como sujeito ativo de sua aprendizagem (BRASIL, 2018). À luz de Hannah Arendt, contudo, tal protagonismo suscita questionamentos quando atribuído antes da inserção gradual das novas gerações no mundo comum. Atribuir ao estudante a responsabilidade por escolhas fundamentais antes da consolidação de sua formação significa inverter a própria lógica da educação enquanto introdução gradual ao mundo comum. Assim, toda escolha deveria partir de pressupostos estáveis e de referenciais minimamente consolidados, o que pressupõe a orientação adulta como condição para a liberdade responsável.

No âmbito da relação entre discentes e docentes, nota-se que, ao se introduzir um modelo de ensino em que não recai sobre o professor a incumbência plena de transmitir o conhecimento compreendido aqui como uma herança cultural ordenadora, corre o risco de deixar de compreender valores fundamentais à convivência social, como ética, responsabilidade e respeito. Arendt sustenta que o ingresso no espaço comum depende da assimilação de premissas básicas que orientem a formação do

indivíduo enquanto cidadão. A ausência dessas referências compromete a constituição de sujeitos autônomos no sentido político e moral do termo.

A respeito da função do educador, evidencia-se uma distorção significativa: o professor passa a ser concebido como um mero facilitador, cuja presença se limita à observação de processos de autoaprendizagem. Nesse modelo, os alunos são lançados à tarefa de desbravar, de forma solitária, um mundo que constroem com base em suas próprias experiências e preferências. Tal cenário cria uma separação simbólica entre professores e alunos, enfraquecendo uma relação que deveria ser de aproximação e diálogo intergeracional.

O educador, nessa perspectiva, é frequentemente identificado como uma figura conservadora que interrompe o processo criativo e a liberdade imaginativa do educando, em vez de ser reconhecido como o agente que desperta o senso crítico e a curiosidade intelectual dos estudantes que ainda estão se ambientando ao mundo. No modelo proposto pelo Novo Ensino Médio, assiste-se à exclusão do educador da função de guia formativo, impedindo-o de atuar como aquele que transmite referências e saberes que ancoram o processo educativo desde a infância. Pode-se compreender, portanto, o agravamento da crise quando não há parâmetros definidos para nortear a formação dos sujeitos. Isso é particularmente problemático na educação, cujo caráter estruturante pressupõe marcos culturais, simbólicos e normativos consolidados desde os primeiros estágios da vida.

As análises desenvolvidas evidenciam que as reformas educacionais contemporâneas recolocam problemas já identificados por Arendt na década de 1950. Retomar seus conceitos permite, portanto, reinterpretar criticamente esses processos e avaliar seus impactos para a formação humana.

A principal contribuição filosófica da reflexão arendtiana consiste em deslocar o debate educacional do plano exclusivamente metodológico para o plano político e antropológico. A crise da educação não decorre apenas da adoção de determinadas práticas pedagógicas, mas da ruptura da responsabilidade dos adultos pela continuidade do mundo comum. É essa mudança de perspectiva que torna sua análise ainda pertinente para a compreensão das reformas educacionais contemporâneas.

Considerações finais

Este artigo buscou analisar a relação entre conservação, natalidade e autoridade no pensamento de Hannah Arendt, evidenciando como esses conceitos permitem compreender a crise moderna da educação. Ao longo da análise, observou-se que a educação, para Arendt, não se reduz a uma técnica pedagógica, mas envolve uma responsabilidade ética e política diante do mundo comum.

Arendt desmistifica o conceito de conservação, muitas vezes associado negativamente no campo educacional, ao demonstrar que conservar não significa estagnação, mas sim manter o mundo em condições de ser habitado pelas novas gerações. Para isso, é necessário o comprometimento do adulto com a realidade e com a criança, assumindo sua função de intermediário entre o passado e o futuro.

A ausência dessa figura responsável e a dissolução de parâmetros comuns de julgamento contribuem significativamente para o aprofundamento da crise educacional. Arendt propõe, portanto, que a educação deve ser um tema debatido por toda a sociedade, e não apenas pelos especialistas da área, pois a omissão do cidadão comum gera adultos despreparados e, conseqüentemente, compromete os processos educativos.

Quando se perde o senso comum, perde-se também a capacidade de compreender e enfrentar os problemas da realidade. É nesse ponto que a filosofia arendtiana oferece ferramentas valiosas para a análise da educação contemporânea, pois articula elementos históricos com dados e percepções atuais, revelando o impacto profundo da negligência adulta na formação das novas gerações.

Essa negligência repercute diretamente na escola, ambiente que se tornou, como se discutiu ao longo da pesquisa, cada vez mais hostil tanto para professores quanto para alunos, resultando em prejuízos sociais de longo alcance. A reflexão desenvolvida neste artigo emerge de inquietações vividas ao longo da formação docente e busca responder a uma pergunta fundamental: por que a crise educacional contemporânea tem produzido relações cada vez mais frágeis entre professores, estudantes e mundo comum.

A análise desenvolvida permitiu concluir que, mais do que uma questão técnica ou administrativa, o problema é estrutural e político. A substituição indiscriminada dos saberes pedagógicos tradicionais por novos paradigmas, nem sempre consistentes,

contribuiu para a perda de referências que sustentavam o ato de educar como responsabilidade compartilhada.

É importante destacar que, embora trate a crise com um tom de advertência, Hannah Arendt também a compreende como uma oportunidade. A crise, ao expor as falhas e rupturas do presente, abre caminho para a reconstrução de um futuro que não repita os erros do passado. Por fim, pensar a educação a partir de Arendt é também vislumbrar possibilidades de ações políticas, responsabilidade coletiva e renovação do compromisso com o mundo comum.

Retoma-se, assim, a hipótese que orientou este estudo: a crise da educação não decorre apenas de mudanças institucionais, mas da ruptura entre natalidade, autoridade e tradição. A principal contribuição de Hannah Arendt consiste precisamente em mostrar que a renovação do mundo depende da responsabilidade dos adultos em apresentar esse mundo às novas gerações.

Esses três conceitos constituem um único núcleo teórico da filosofia da educação de Hannah Arendt, pois somente a autoridade torna possível a conservação do mundo, e esta, por sua vez, somente encontra sentido diante da natalidade, isto é, da chegada constante de novos seres humanos ao mundo comum.

As reflexões desenvolvidas neste estudo também apontam para novos campos de investigação. Entre eles, destaca-se a possibilidade de analisar de que modo o enfraquecimento da autoridade docente pode contribuir para transformações nas relações escolares, incluindo fenômenos como a intensificação dos conflitos e da violência no ambiente educativo. Trata-se, contudo, de uma hipótese que demanda investigação específica, ultrapassando os objetivos deste artigo.

Referências

ARENDT, Hannah. **A crise na educação**. 1961. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2887163>. Acesso em: 10 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: [Base Nacional Comum Curricular](#). Acesso em: 3 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e nº 11.494, de 20 de junho de 2007, entre outras providências, e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm. Acesso em: 3 jul.

2026.

BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. A crise do ensino médio no Brasil a partir de Hannah Arendt. **Cadernos Arendt**, [S. l.], v. 4, n. 7, p. 52–71, 2023. DOI: <https://doi.org/10.26694/ca.v4i7.4347>. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpi.br/index.php/ca/article/view/4347>. Acesso em: 25 maio 2025.

COSTA, Danielle Lima. **Filosofia da educação**: do ideário educacional de Rousseau à sua atualização e recepção na Escola Nova. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFMA_5c30cbf7cf164c0dbbfa39d36897ea63. Acesso em: 10 set. 2024.

CUSTODIO, Crislei de Oliveira. **Educação e mundo comum em Hannah Arendt**: reflexões e relações em face da crise do mundo moderno. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-04072011-144919/>. Acesso em: 08 nov. 2024.

MESQUITA, Afonso Mancuso de. Os conceitos de atividade e necessidade para a escola nova e suas implicações para a formação do professor. In: MARTINS, Lígia Márcia Duarte; NEWTON, (Org.). **Formação de professores**: limites contemporâneos e alternativas necessárias. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Emílio ou da educação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TORRES, M. C. E.; CASTRO, L. R. de. Resgatando e atualizando os sentidos da autoridade: um percurso histórico. **Paidéia** (Ribeirão Preto), v. 19, n. 42, p. 87–96, jan. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/DXPrZsqNZJGQ64dWZ6txg5t/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 set. 2024.